

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	21
INTRODUÇÃO	27
1 – A FUNÇÃO JURISDICIONAL	31
1.1 O Monopólio da Jurisdição.....	31
1.2 Características da Função Jurisdicional	32
1.3 Atos Processuais.....	32
1.3.1 Atos das Partes.....	33
1.3.2 Atos do Juiz	34
1.3.3 Atos dos Auxiliares de Justiça	35
1.4 Instância e Entrância.....	36
1.5 Garantias Institucionais do Poder Judiciário	37
1.6 Ingresso na Magistratura, Promoção e Remoção.....	39
2 – ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO	43
2.1 Art. 92 da Constituição Federal	43
2.2 Supremo Tribunal Federal	43
2.2.1 Competência Cível Originária	44
2.2.2 Competência Cível Recursal.....	45
2.2.3 Competência Originária Criminal	45
2.2.4 Competência Criminal Recursal	46
2.3 Conselho Nacional de Justiça	46
2.4 Superior Tribunal de Justiça	48
2.4.1 Competência Cível Originária	48
2.4.2 Competência Cível Recursal.....	49
2.4.3 Competência Criminal Originária.....	49
2.4.4 Competência Criminal Recursal	50

2.5	Justiça Eleitoral.....	50
2.5.1	Tribunal Superior Eleitoral.....	51
2.5.2	Tribunal Regional Eleitoral.....	52
2.5.3	Juntas Eleitorais	53
2.6	Justiça do Trabalho	54
2.6.1	Tribunal Superior do Trabalho	55
2.6.2	Tribunais Regionais do Trabalho	56
2.6.3	Varas do Trabalho	56
2.7	Justiça Militar da União	57
2.7.1	Superior Tribunal Militar	58
2.7.2	Organização e Funcionamento	58
2.8	Justiça Federal Comum.....	60
2.9	Justiça dos Estados.....	60
3	– A JUSTIÇA FEDERAL COMUM	63
3.1	História	63
3.2	Denominação e Função Institucional	65
3.3	Tribunais Regionais Federais.....	67
3.4	A Primeira Instância	69
4	– COMPETÊNCIA CÍVEL DA 1ª INSTÂNCIA	71
4.1	Noções Básicas sobre competência cível.....	71
4.2	As Causas Cíveis.....	73
4.3	Causas contra a União e autarquias federais	78
4.4	Fundações públicas federais.....	81
4.5	Competência federal delegada	82
4.6	Principais Ações Judiciais Cíveis	84
4.6.1	Ações Ordinárias.....	84
4.6.2	Ação de Repetição de Indébito.....	85
4.6.3	Ações postulando compensação de tributos	86
4.6.4	Ações sobre Sistema Financeiro da Habitação.....	90
4.6.5	Ações Ordinárias Previdenciárias	90
4.6.6	Ação declaratória e anulatória.....	91
4.6.7	Ações cautelares.....	92
4.6.8	Ação Civil Pública	93
4.6.9	Ação Monitória	96
4.6.10	Ação Popular	97

4.6.11	Alvará Judicial.....	99
4.6.12	Ação de Consignação em pagamento	100
4.6.13	Desapropriação para fins de reforma agrária.....	102
4.6.14	Embargos à Execução.....	103
4.6.15	Execução Fiscal	105
4.6.16	<i>Habeas Data</i>	106
4.6.17	Justificação Judicial.....	106
4.6.18	Mandado de Segurança.....	107
4.6.19	Opção de nacionalidade.....	109
4.6.20	Reintegração de posse	111

5 – COMPETÊNCIA CÍVEL DA 2ª INSTÂNCIA 113

5.1	Competência Cível Originária	113
5.1.1	Mandado de Segurança.....	113
5.1.2	Correição Parcial.....	115
5.1.3	Ação Rescisória	116
5.1.4	Conflitos de Competência.....	117
5.2	Competência Cível recursal.....	119
5.2.1	Apelação Cível.....	119
5.2.2	Reexame necessário	120
5.2.3	Agravo de Instrumento	121
5.3	Competência em recursos para o próprio Tribunal.....	124
5.3.1	Agravo Regimental	124
5.3.2	Embargos Infringentes	124
5.3.3	Embargos de Declaração.....	125

6 – COMPETÊNCIA CRIMINAL DA 1ª INSTÂNCIA..... 127

6.1	Noções Básicas sobre competência criminal	127
6.2	As Causas Criminais.....	129
6.2.1	Competência em razão da pessoa.....	130
6.2.2	Competência em razão da matéria	131
6.3	Principais Crimes Federais	133
6.3.1	Contrabando e descaminho e crimes assimilados	133
6.3.2	Moeda Falsa.....	136
6.3.3	Tráfico transnacional de entorpecentes e drogas	138
6.3.4	Crimes contra a organização do trabalho	143
6.3.5	Crimes ambientais.....	146
6.3.6	Crimes contra o sistema financeiro.....	150

6.3.7 Crimes contra a ordem econômico-financeira.....	156
6.3.8 Crimes de lavagem de dinheiro.....	156
6.3.9 Crimes contra a Previdência Social.....	160
6.3.10 Crimes contra a ordem tributária.....	163
6.3.11 Crimes cometidos a bordo de navio ou aeronave.....	166

7 – COMPETÊNCIA CRIMINAL DA 2ª INSTÂNCIA 168

7.1 Competência Originária.....	169
7.1.1 Ação Penal Originária.....	170
7.1.2 <i>Habeas Corpus</i>	172
7.1.3 Revisão Criminal.....	175
7.1.4 Mandado de segurança criminal.....	176
7.1.5 Conflitos de competência.....	176
7.2 Competência Recursal.....	177
7.2.1 Apelação Criminal.....	178
7.2.2 Carta Testemunhável.....	179
7.2.3 Recurso em sentido estrito.....	180
7.2.4 Recurso de <i>Habeas Corpus</i>	181
7.3 Competência em recursos criminais para o próprio Tribunal.....	181
7.3.1 Embargos de Declaração.....	181
7.3.2 Embargos Infringentes e de Nulidade.....	182

8 – VARAS FEDERAIS..... 185

8.1 Varas Cíveis.....	185
8.2 Varas Agrárias e Ambientais.....	186
8.3 Varas do Sistema Financeiro da Habitação.....	188
8.4 Varas Previdenciárias.....	190
8.5 Varas de Execuções Fiscais.....	192
8.6 Varas Criminais.....	192

9 – JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS 199

9.1 Criação, Organização e Funcionamento.....	199
9.2 Juizados Especiais Cíveis.....	200
9.3 Juizado Especial Previdenciário.....	203
9.4 Juizados Especiais Criminais.....	205
9.5 Turmas Recursais.....	209
9.6 Turma Nacional de Uniformização da Jurisprudência.....	211

STJ00077033

10 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA FEDERAL.....	213
10.1 Advocacia	213
10.2 Ministério Público Federal.....	214
10.3 Advocacia-Geral da União.....	218
10.4 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	220
10.5 Procuradoria-Geral Federal.....	223
10.6 Defensoria Pública da União	225
10.7 Polícia Federal	228
11 – ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL.....	231
11.1 Conselho da Justiça Federal.....	231
11.2 Os Tribunais Regionais Federais	233
11.2.1 Plenário.....	234
11.2.2 Corte Especial.....	234
11.2.3 Seções.....	235
11.2.4 Turmas.....	236
11.2.5 Órgãos Administrativos.....	237
11.3 Justiça Federal de 1º Grau.....	239
11.3.1 As seções judiciárias e as subseções judiciárias	239
11.3.2 As Varas Federais.....	240
11.3.3 Direção do Foro.....	242
11.3.4 A Secretaria Administrativa	243
11.3.5 Núcleos.....	244
12 – FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA FEDERAL	249
12.1 Protocolo.....	249
12.2 Distribuição	251
12.3 Regime de Plantão	255
12.4 Depósitos Judiciais	258
12.5 Custas Judiciais.....	260
12.6 Despesas Processuais.....	263
12.7 Alvará Judicial e Transformação em Pagamento Definitivo	267
12.8 Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.....	271
13 – FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E A MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL	277
13.1 Tecnologia, Direito e Morosidade do Judiciário.....	277

13.2	Acesso à Justiça e a Duração Razoável do Processo.....	279
13.3	A Necessidade de Modernização do Poder Judiciário.....	280
13.4	A Legislação	282
13.4.1	Certificação Digital.....	285
13.5	A Informatização e a Internet.....	289
13.6	Páginas Eletrônicas	290
13.7	Comunicação dos Atos Processuais	291
13.8	Consulta de Jurisprudência	293
13.9	Consulta do Andamento Processual.....	294
13.10	Diário da Justiça Eletrônico	295
13.11	Sistema Infojud – Receita Federal do Brasil	297
13.12	Sistema Bacen-Jud	298
13.13	Gedpro – Gestão Eletrônica de Documentos Processuais	300
13.14	Processo Eletrônico.....	302
13.15	Requisições Eletrônicas de Pagamento	305

REFERÊNCIAS.....	307
-------------------------	------------

ÍNDICE ALFABÉTICO.....	311
-------------------------------	------------